

# A queda da perspectiva antropocêntrica: uma análise antropológica do Antropoceno e a relação natureza-sociedade

**Manuela Ulrich Klein**

Universidade Federal Fluminense (UFF)

## Resumo

Este trabalho visa analisar a época geológica atual, denominada por alguns pesquisadores de Antropoceno, caracterizada, principalmente, pelas mudanças climáticas causadas pela intervenção humana na natureza – intervenções não de forma individualizada, mas dentro da lógica capitalista de exploração e busca incessante por lucro. Nesse sentido, uma investigação acerca do conceito de injustiça ambiental será central na pesquisa, uma vez que as consequências dessa era de colapso ambiental afetam de maneira desigual as populações em vulnerabilidade social. Assim, o trabalho, sob uma perspectiva antropológica que busca superar a dicotomia natureza-sociedade, se propõe a destacar a queda e os efeitos do antropocentrismo, ou seja, essa ideia de que a humanidade é o centro e a natureza se apresenta como secundária e mera fonte de extrair recursos com a finalidade de lucrar. Para tanto, o texto é construído a partir de uma abordagem histórica – a qual se dedica a investigar a relação sociedade-meio natural desde o período colonial até o contexto hodierno, em conjunto a uma revisão bibliográfica essencialmente marxista.

**Palavras-chave:** Desigualdades. Capitalismo. Mudanças Climáticas. Mercantilização. Dicotomia.

## Introdução

Estamos vivenciando uma crise ambiental em que os efeitos das mudanças climáticas – por exemplo, ondas de calor, chuvas fortes em épocas incomuns - estão cada vez mais impactantes. Essa crise, a qual atinge de forma discrepante os indivíduos em situação de vulnerabilidade, tem sua raiz em um passado colonial que, com o antropocentrismo, apartava a humanidade da natureza para explorá-la e no modo de produção capitalista que, na busca por lucro, devasta o meio ambiente.

Nesse sentido, as consequências da crise climática são tão significativas que pesquisadores denominam a época geológica de Antropoceno -apesar de não ter um consenso em relação a esse conceito em si, o colapso ambiental é extremamente impactante- que, ao mesmo tempo que é um resultado do sistema capitalista e do antropocentrismo, coloca em queda essa visão antropocêntrica, visto que nitidamente a sociedade não é superior a natureza e sim interdependente dela.

Assim, além dessa seção introdutória, o trabalho, partindo de uma perspectiva marxista, inicialmente, abordará uma das temáticas centrais: essa queda do antropocentrismo e a importância de a Antropologia transcender a dicotomia natureza-humanos para ser, mais do que uma teoria, práxis diante das consequências do Antropoceno e da Intrusão de Gaia – conceitos a serem melhor explorados no decorrer da pesquisa.

Ademais, apresentarei uma contextualização para entender como a natureza foi mercantilizada passando o período colonial até o âmbito atual, com o intuito de demonstrar que não tem como ter

sustentabilidade/desenvolvimento sustentável nesse sistema econômico e social em vigor e dedico parte da pesquisa para analisar os efeitos das mudanças climáticas e as desigualdades ambientais. Por fim, trarei novas formas de se relacionar com o meio natural, enfatizando o papel da Antropologia nesse combate a crise ecológica.

## Para além da dicotomia natureza-sociedade: a queda do antropocentrismo e uma nova forma de fazer Antropologia diante do Antropoceno

A dicotomia natureza-humanidade e o antropocentrismo – perspectiva de que a sociedade e o meio ambiente são hierarquizados, sendo a humanidade tida como superior - são teorias recorrentes na modernidade ocidental, a própria Antropologia muitas vezes se prende a essa separação entre cultura e natureza. Contudo, ao mesmo tempo que essa visão que o homem domina a natureza e assim pode explorá-la desenfreadamente acarreta problemáticas, como as mudanças climáticas, os impactos do Antropoceno manifestam a queda dessa concepção, haja vista que esgotar a natureza afeta diretamente a população. Em outros termos, natureza e sociedade estão interligados, não são dicotômicos. De acordo com Bruno Latour;

A modernidade é muitas vezes definida através do humanismo, seja para saudar o nascimento do homem, seja para anunciar sua morte. Mas o próprio hábito é moderno uma vez que este continua sendo assimétrico. Esquece o nascimento conjunto da "não-humanidade" das coisas, dos objetos ou das bestas, e o nascimento, tão estranho quanto o primeiro, de um Deus suprimido, fora do jogo. A modernidade decorre da criação conjunta dos três, e depois da recuperação deste nascimento conjunto e do tratamento separado das três comunidades enquanto que, embaixo, os híbridos continuavam a multiplicar-se como uma consequência direta deste tratamento em separado. É esta dupla separação que precisamos reconstituir, entre o que está acima e o que está abaixo, de um lado, entre os humanos e os não-humanos, de outro. (LATOUR, 1994, p. 19)

Assim, a partir da crítica de Latour a essa modernidade, é crucial que a Antropologia supere o pensamento dicotômico e considere essa interdependência e, mais do que uma teoria, mais do que pesquisar e estudar o Antropoceno, seja práxis, ou seja, busque alternativas práticas para mitigar essa crise ecológica.

## Mercantilização da natureza: uma contextualização desde o período colonial até a consolidação do sistema capitalista

A relação homem-natureza, no período colonial -compreendido entre os séculos XVI e XIX-, era fundamentada na exploração dos recursos naturais, por parte da hegemonia europeia, em contraste com a relação entre os indígenas e o meio ambiente, os quais não faziam da natureza uma mercadoria. De acordo com Ailton Krenak, em seu livro “Ideias para adiar o fim do mundo”:

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz

incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história. (KRENAK, 2019, p.8)

Posto isso, para os colonizadores, baseados nessa percepção de humanidade apartada da natureza, os povos originários, ao não utilizarem o meio natural da maneira que eles desejavam, representavam entraves para a efetivação dessa exploração. Sendo assim, com a finalidade de impor seus ideais e facilitar seus objetivos, os europeus recorreram ao genocídio e ao etnocídio indígena, que consiste, em suma, no processo de aculturação, ou seja, a destruição da cultura. Segundo Krenak:

O que está na base da história do nosso país, que continua a ser incapaz de acolher os seus habitantes originais – sempre recorrendo a práticas desumanas para promover mudanças em formas de vida que essas populações conseguiram manter por muito tempo, mesmo sob o ataque feroz das forças coloniais, que até hoje sobrevivem na mentalidade cotidiana de muitos brasileiros -, é a ideia de que os índios deveriam estar contribuindo para o sucesso de um projeto de exaustão da natureza. (KRENAK, 2019, p. 21)

A perspectiva de natureza como sinônimo de mercadoria foi reforçada com a consolidação do capitalismo, que, de acordo com o sociólogo brasileiro Octavio Ianni, “é um sistema de mercantilização universal e de produção de mais-valia. Ele mercantiliza as relações, as pessoas e as coisas.” (IANNI, 1984, p.8). Nesse procedimento de mercantilização, citado por tal sociólogo, os recursos naturais não ficam intactos, pelo contrário, percebe-se que em razão desse sistema e da dicotomia natureza-homem, a biodiversidade está sendo transformada em uma simples mercadoria, pela hegemonia. Por conseguinte, as regiões em que parcela significativa dos indígenas vive estão ameaçadas por esse processo de mercantilizar tudo. Sobre isso, Davi Kopenawa, em seu livro “A queda do céu” aborda a questão da mercadoria e como é o relacionamento dos brancos com o meio ambiente:

Os brancos já têm metal suficiente para fabricar suas mercadorias e máquinas; terra para plantar sua comida; tecidos para se cobrir; carros e aviões para se deslocar. Apesar disso, agora cobiçam o metal de nossa floresta, para fabricar ainda mais coisas, e o sopro maléfico de suas fábricas está se espalhando por toda parte. (ALBERT e KOPENAWA, 2015, p.420)

Diante desse cenário, fica perceptível que a relação entre natureza e capitalismo é essencialmente alicerçada na mercantilização da primeira pelo segundo e, com a consolidação desse modo de produção, a dicotomia natureza-humanidade - somada ao antropocentrismo- foi reforçada. De acordo com Karl Marx, no capítulo “A assim chamada acumulação primitiva” do livro “O Capital”:

A intermitente e sempre renovada expropriação e expulsão da população rural forneceu à indústria urbana, como vimos, massas cada vez maiores de proletários, totalmente estranhos às relações corporativas [...] Com a liberação de parte da população rural, liberam-se também seus meios alimentares anteriores. Estes se transformam, agora, em elemento material do capital variável. O camponês deixado ao léu tem de adquirir de seu novo senhor, o capitalista industrial, e sob a forma de

salário, o valor desses meios alimentares. O que ocorre com os meios de subsistência também ocorre com as matérias-primas agrícolas locais da indústria. Elas se convertem em elemento do capital constante. (MARX, 2013, p. 649)

Destarte, o capitalismo, desde seu processo de surgimento e fortalecimento, visando chegar em seus objetivos, aderiu a diversos mecanismos, como a expulsão de pessoas dessas áreas rurais, onde enxergavam nessa biodiversidade uma local de extração de recursos para transformar em mercadoria e, por meio da mais-valia, lucrar. Essa expulsão é frequente nas terras indígenas, as quais estão sendo apropriadas por garimpeiros e pelo agronegócio, o que gera negativas consequências na esfera natural, além da social.

### Paradoxo: Desenvolvimento sustentável e capitalismo

Nesse processo de transformar a natureza em mercadoria, aparecem tentativas de associar o sistema capitalista com um desenvolvimento sustentável, como uma proposta denominada capitalismo verde, que procura integrar aspectos sustentáveis e ecológicos no modo de produção vigente.

No entanto, isso não passa de uma ilusão, uma contradição e a busca por esconder os danos que esse sistema – o qual é intrínseco à exploração da biodiversidade - causa. Sobre isso, em um capítulo escrito por Alessandra Dale Giacomini Terra e Napoleão Miranda no livro “Desenvolvimento Insustentável”, organizado por Napoleão Miranda e Wilson Madeira Filho, é mostrada essa estratégia de ocultar os impactos, por intermédio do exemplo de uma contaminação ocasionada por uma mina localizada em Papua Nova Guiné, a qual negou, camuflou essa acusação:

A preocupação com a imagem da empresa e seu capital reputacional resulta não só em gastos intensos com publicidade, mas também vem implicando na adoção por parte das transnacionais minerárias de técnicas voltadas para gerir ou neutralizar conflitos, camufladas por terminologias de mercado como gestão do “risco social”, “licença social para operar”, ou Responsabilidade Social da Empresa. (MIRANDA e TERRA, 2020, p. 127)

Em outras palavras, o vínculo entre capitalismo e desenvolvimento sustentável se dá apenas com esse intuito de disfarçar o que esse sistema gera na esfera natural e, por conseguinte, na população – a qual é estimulada com esse mecanismo a acreditar que essa ligação é fundamentada na preservação do meio ambiente. Como relata Michael Lowy (2014, p.47), em “O que é o ecossocialismo”, “O pretenso capitalismo verde não passa de uma manobra publicitária, de uma etiqueta que visa vender uma mercadoria, ou, na melhor das hipóteses, de uma iniciativa local equivalente a uma gota de água sobre o solo árido do deserto capitalista.”

Assim, fica explícito que não dá para ter sustentabilidade, preservação, conservação da natureza nesse sistema, aliás, para mitigar as problemáticas ecológicas – difíceis de revertê-las-, é preciso combater a raiz do problema: o capitalismo.

## Antropoceno e a Intrusão de Gaia: a era do colapso ambiental

Diante de toda essa mercantilização, que acarreta várias consequências negativas, como mudanças climáticas cada vez mais impactantes, escassez de água e extinção de espécies da fauna e da flora, surge, para alguns pesquisadores e cientistas, a necessidade de intitular o âmbito hodierno como uma nova era: Antropoceno. Para a filósofa Donna Haraway, “a relevância de nomear de Antropoceno, Plantationoceno ou Capitaloceno tem a ver com a escala, a relação taxa/velocidade, a sincronicidade e a complexidade” (HARAWAY, 2016, p.139)

Tal era é caracterizada, sobretudo, por esse colapso ambiental, oriundo de uma perspectiva antropocêntrica, que inferioriza a biodiversidade e a subjuga a servir esse sistema, como fonte a ser explorada desenfreadamente. Como enfatiza Krenak, em “Ideias para adiar o fim do mundo”, “O Antropoceno tem um sentido incisivo sobre a nossa existência, a nossa experiência comum, a ideia do que é humano. O nosso apego a uma ideia fixa de paisagem da Terra e de humanidade é a marca mais profunda do Antropoceno.” (KRENAK, 2019, p. 29). Nesse viés, a ideia de natureza separada da humanidade é uma marca dessa era. Contudo, o Antropoceno e a Intrusão Gaia (STENGERS, 2009) que concerne nessa crise ecológica e desastres ambientais, nos mostra que a visão antropocêntrica de que o homem domina a natureza é equivocada, pois somos interdependentes dela, ou seja, não estamos inseridos em uma relação de hierarquia.

### Mudanças climáticas em debate e o negacionismo

O cenário contemporâneo, nesse antropoceno, em virtude dessa lógica produtiva, conforme supracitado, está marcado, como abordado, pela ocorrência de inúmeras catástrofes. A esse respeito, John Bellamy Foster (2012, p. 87), expõe que “Não é segredo que estamos enfrentando uma emergência ambiental planetária, que coloca em perigo muitas espécies do planeta, incluindo nossa própria, e que a catástrofe em curso tem suas raízes no sistema econômico capitalista.”

Nesse ângulo, percebe-se que são recorrentes os problemas, como desmatamentos com a finalidade de expandir o agronegócio, os quais geram queimadas e, assim, contribui com mudanças climáticas, ocasionado morte de espécies de plantas e animais.

Visto isso, é relevante colocar em ênfase a questão do clima. Embora sejam perceptíveis os impactos da mudanças climáticas, ainda há um negacionismo em relação a isso, por parte da população que considera o aquecimento global uma teoria. Para Anthony Giddens:

[...] os perigos representados pelo aquecimento global não são palpáveis, imediatos ou visíveis no decorrer da vida cotidiana, por mais assustadores que se afigurem, muita gente continua sentada, sem fazer nada de concreto a seu respeito. No entanto, esperar que eles se tornem visíveis e agudos para só então tomarmos medidas sérias será, por definição, tarde demais. (GIDDENS, 2010, p.8)

Logo, esse problema causado pela intervenção humana, o qual precisa de soluções para amenizá-lo urgentemente, ainda envolve o negacionismo fomentado pelo modo produtivo capitalista, o que dificulta ainda mais sua resolução, já que pressupõe uma alternativa coletiva para mitigá-lo.

## Injustiça e racismo ambiental: uma análise das consequências do Antropoceno a partir do recorte raça, gênero e classe

Nesse sentido, é importante se atentar que as consequências dessa era marcada pelas mudanças climáticas afetam de forma discrepante as populações em situação de vulnerabilidade, em razão da desigualdade socioeconômica. Conforme bem analisado pelas autoras Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser no livro “Feminismo para os 99% - Um manifesto”:

Se a crise ecológica de hoje está diretamente vinculada ao capitalismo, ela também reproduz e agrava a opressão das mulheres. As mulheres ocupam as linhas de frente da atual crise ecológica, constituindo 80% das pessoas refugiadas em função do clima. No Sul global, elas constituem a vasta maioria da força de trabalho rural, ao mesmo tempo que carregam a responsabilidade pela maior parte do trabalho de reprodução social. Devido a seu papel central em prover alimentação, vestimenta e abrigo para a família, as mulheres representam parcela descomunal no trabalho de lidar com a seca, a poluição e a superexploração da terra. De forma semelhante, no Norte global, as mulheres pobres de grupos étnicos minoritários estão desproporcionalmente vulneráveis. Sujeitas ao racismo ambiental, elas constituem a espinha dorsal de comunidades submetidas a enchentes e envenenamento por chumbo. (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 84)

No contexto brasileiro, a injustiça e o racismo ambiental se manifestam, por exemplo, quando as populações mais atingidas pelas fortes chuvas são aquelas que moram em áreas periféricas – majoritariamente habitadas por pessoas racializadas. De acordo com um estudo apresentado pelo site Central Única dos Trabalhadores, as mulheres negras e pobres são as mais atingidas pela crise ambiental. Logo, é essencial fazer esse recorte de gênero, raça e classe para buscar medidas de adaptação e prevenção em meio a esse colapso, levando em conta as desigualdades existentes, para que os problemas sejam resolvidos em sua raiz, como garantir o direito à moradia digna para todos.

## Ideias para adiar o fim do mundo: outras formas de se relacionar com a natureza, saber antropológico e a ancestralidade – por uma ecologia anticapitalista

Diante de tantas problemáticas no âmbito da biodiversidade, as quais afetam, principalmente, os povos originários e indivíduos racializados, aparecem questionamentos, por parte da população, sobre o que fazer para solucionar ou, ao menos, amenizar esses problemas. Consoante Krenak, em seu livro “Ideias para adiar o fim do mundo”:

O tipo de humanidade zumbi que estamos sendo convocados a integrar não tolera tanto prazer, tanta fruição de vida. Então, pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudemos fazer isso, estaremos adiando o fim. (KRENAK, 2019, p13)

Em outras palavras, enquanto existir resistência, por exemplo a dos povos originários, os quais resistem diariamente, o fim do mundo será adiado. Entretanto, para melhorá-lo, é fundamental uma

mudança coletiva, que pode começar com a eliminação da visão antropocêntrica, entendendo, assim, a importância de preservar o ecossistema. Ademais, não colocar o lucro acima de vidas também é uma ação, entre tantas outras, que pode mitigar vários problemas. É nesse contexto que a práxis de uma Antropologia que transcenda a dicotomia natureza-humanidade e os saberes ancestrais e dos indígenas que tem uma outra maneira relacionamento com a esfera natural se mostram fundamental para uma ecologia anticapitalista que compreenda a relação entre sociedade e meio ambiente não de forma hierarquizada, mas sim interdependente.

## Considerações finais

Portanto, o sistema capitalista que mercantiliza a natureza somado ao antropocentrismo e à dicotomia natureza-humanidade acarretam o Antropoceno, era marcada pelas mudanças climáticas que, em decorrências das desigualdades, afligem de modo diferente as pessoas em situação de vulnerabilidade social. Nesse contexto, ao mesmo tempo que essa visão antropocêntrica que hierarquiza a humanidade e meio ambiente, está em queda já que no Antropoceno fica evidente que a relação entre sociedade e a esfera natural é de interdependência, e que ao explorar o meio ambiente desenfreadamente afeta diretamente a população – a qual não é superior e não domina o meio natural.

Dessarte, é preciso que os motivos que geram essas tantas consequências no meio ambiente e na sociedade sejam combatidos em sua base: o capitalismo. Assim, é preciso mais que ambientalismo, torna-se urgente o ecossocialismo - uma ecologia anticapitalista - unido a uma perspectiva interseccional, a fim de diminuir o colapso ambiental dessa era. Nesse sentido, uma práxis antropológica que vai além dessa dicotomia sociedade-natureza é imprescindível para lidar com os efeitos do Antropoceno e, conseqüentemente, mitigá-los.

## Referências

- ALBERT, Bruce, KOPENAWA, Davi. *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015
- ARRUZZA, Cinzia; BATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – CUT. *Mulheres negras e pobres são as mais impactadas por riscos ambientais*. 2022. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/mulheres-negras-e-pobres-sao-as-mais-impactadas-por-riscos-ambientais-7157> Acesso em: 4 de julho de 2024
- FOSTER, John Bellamy. *A ecologia da economia política marxista*. São Paulo: Revista Lutas Sociais, n.28, p.87-104, 1o sem. 2012.
- GIDDENS, Anthony. *A Política da Mudança Climática*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010
- HARAWAY, Donna. *Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes*. ClimaCom Cultura Científica – pesquisa, jornalismo e arte, Ano 3, N.5, 2016
- IANNI, Octavio. *Marx – Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1984
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019



LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos – ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994

LOWY, Michael. *O que é o Ecosocialismo*. São Paulo: Cortez Editora, 2014

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013

MIRANDA, Napoleão e FILHO, Wilson Madeira. *Desenvolvimento Insustentável*. Rio de Janeiro: Ed. Autografia, 2020

STENGERS, Isabelle. *Au temps des catastrophes: résister à la barbarie qui vient*. Paris: Les Empêcheurs de penser en rond, 2009.